

UNIVERSIDADE POLITÉCNICA
A POLITÉCNICA
INSTITUTO SUPERIOR ABERTA - ISA

Revisão curricular e seu impacto no ensino bilingue nas classes iniciais nas escolas primárias do distrito do Limpopo, caso da Escola Primária do Primeiro e segundo graus de Chicumbane (2019-2020)

Gércia Silva Tembe

Maputo 2021

UNIVERSIDADE POLITÉCNICA
A POLITÉCNICA
INSTITUTO SUPERIOR ABERTO - ISA

Revisão curricular e seu impacto no ensino bilingue nas classes iniciais nas escolas primárias do distrito do Limpopo, caso da Escola Primária do Primeiro e segundo graus de Chicumbane (2019-2020)

Gércia Silva Tembe

Maputo, Dezembro de 2021

ÍNDICE

Declaração.....	4
Resumo	8
I. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Contextualização.....	10
1.2. Problema de pesquisa	11
1.3. Justificativa da escolha do Tema	11
1.4. Objectivos.....	12
1.4.1. Objectivo geral.....	12
1.4.2. Objectivos específicos	12
1.5. Hipóteses	13
1.5.1. Hipótese nula	13
1.5.2. Hipótese alternativa	13
II. METODOLOGIA DE PESQUISA	14
2.2. Tipo de pesquisa	14
2.3. Método de pesquisa	14
2.4. População e amostra de estudo.....	14
2.4.1. População.....	14
2.5. Instrumento de recolhas de dados.....	15
Tipos.....	16
Observação Direta	16
3.1. Conceitos básicos.....	18
3.1.1. Reforma curricular.....	18
3.1.2. Currículo.....	18
3.1.3. Inovação curricular	20
3.2. Escolas e as mudanças curriculares - desafios.....	20
3.3. Professores como construtores do currículo	21
3.4. Educação básica em Moçambique e reforma curricular.....	22
4.1. Escolaridade obrigatória e educação básica.....	27
4.2. Ensino Primário	28
4.5. Professores, mudanças curriculares e qualidade do ensino	31
5.1. Conclusões.....	34
5.2. Recomendações	35
Referência Bibliográfica.....	36

Declaração

Eu, Gércia Silva Tembe, declaro por minha honra que este trabalho foi elaborado por mim sob orientação do meu supervisor e que nunca foi apresentado em nenhum nível académico com o objecto de se adquirir qualquer que seja grau académico. Igualmente declaro que todas as bibliografias consultadas estão devidamente identificadas na lista das referências.

(Gércia Silva Tembe)

Dedicatória

Dedico este trabalho de conclusão do curso de licenciatura em ciências de educação aos meus filhos, Yanick da Silva e Melânia Eunésio Muchave..

Agradecimentos

Completo mais uma fase importante na minha vida, mais um objectivo cumprido para o que desejava alcançar no meu futuro. Mas não cheguei aqui sozinho e como tal gostaria de prestar a minha gratidão: A Deus onipotente, omnipresente e onisciente, que pelo seu poder fez-me mulher forte, pela sua presença protegeu-me e pela sua omnisciência fez-me uma mulher com sabedoria;

Aos meus pais, Silva Tembe e Sara Tivane pela dedicação na minha educação diária me protegendo diariamente de todos obstáculos e um ensinamento coroadado de todos valores éticos e morais, o meu muito obrigado;

Aos meus irmãos Dário Tembe, Menalda Tembe, Sónia Tembe e Brígida Tembe pela irmandade e companheirismo assim como apoio nas horas difíceis durante a minha caminhada estudantil, agradeço imensamente;

Ao Supervisor deste trabalho, o Mestre Fugão Mudumane pelas excelentes orientações, instruções, críticas e sugestões positivas que foram úteis, durante a realização do presente trabalho. Pois com ele aprendi que, feliz é aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Aos meus colegas da faculdade, em especial Maria Telma Nduvane, Júlio Ndava e Anacleta pela força que me deram durante a caminhada, o meu obrigado;

Ao meu director de serviço Manuel Chiote pela compreensão e incentivo concedido durante a minha formação, obrigadíssimo;

Aos docentes da Apolitécnica em primeira mão Msc Sufiano, Msc Mahilene, Dra. Lurdes e Dr. Sansão, dra. Rita Reunidas e Msc Pereira pelo apoio, concelhos e orientação digna durante as tutórias, o meu obrigado;

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para que esta pesquisa tornasse realidade, o meu muito Kanimambo

Lista de Abreviaturas

SNE – Sistema Nacional de Educação

EP — Ensino Primário

EP1 – Ensino Primário do 1º Grau

EP2 - Ensino Primário do 2º Grau

ESG - Ensino Secundário Geral

ESG1 - Ensino Secundário do 1º Ciclo

ESG2 - Ensino Secundário do 2º Ciclo

INDE – Instituto Nacional de desenvolvimento da educação

EPPSGCH – Escola Primária do Primeiro e Segundo Graus de Chicumbne

Resumo

O presente estudo objectivou-se em analisar as concepções dos Professores do Distrito de Limpopo sobre a implementação das mudanças curriculares do novo Sistema Nacional de Educação (2017/2018), tendo como base as inquietações recolhidas no mesmo local, sobre a fraca divulgação ou conhecimento das mudanças curriculares introduzidas pela *Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro*, que aprova Sistema Nacional de Educação. O estudo de caso foi conduzindo no Distrito de Limpopo, com sessenta e nove professores inquiridos com questionário, numa abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, na medida em que fez-se a identificação, caracterização, análise, descrição dos vários fatos referentes aos professores na implementação do currículo. Da análise feita verificou-se que as mudanças curriculares introduzidas no ano de 2017 no sistema nacional de educação surgiram da necessidade de alinhar e harmonizar a lei do SNE com as convenções internacionais sobre a educação e formação de que o país é subscritor, também observou-se que os professores, demonstram um conhecimento aceitável sobre a compreensão/interpretação das mudanças curriculares tendo apontado mudanças como: alteração da escolaridade obrigatória, introdução de novos princípios políticos-pedagógicos que visam maior abrangência e inclusão de todos os indivíduos no SNE, a alteração do número de disciplinas, carga horária, número de professores. Dentre os desafios destacaram-se: falta de capacitação dos professores, desconhecimento da estruturação dos conteúdos das disciplinas aglutinadas, adaptação dos instrumentos de ensino ao modelo actual do SNE e a dificuldade de integração dos professores uma vez o novo currículo exige dos mesmos a exploração de vários campos de conhecimento. Os principais problemas organizativos atinentes ao processo de implementação do novo currículo variam entre a falta de paralelismo entre os dois currículos; o incumprimento dos planos curriculares e programas de ensino; dificuldade de aquisição dos livros do novo currículo; a comunicação deficiente dos actores envolvidos no processo de implementação do currículo. No que se refere ao papel do professor no processo de construção do currículo destacou-se a interpretação, alteração e procedimento à revisão e adaptando o currículo prescrito, de acordo com as situações concretas de suas intervenções educativas e de suas perspectivas e concepções, de forma a surgir um currículo trabalhado adequado ao meio envolvente, à diversidade dos alunos e com a participação de toda a comunidade educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Concepção, Professor, Currículo.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the conceptions of the Teachers of the District of Limpopo about the implementation of the curricular changes of the new National Education System (2017/2018), based on the concerns collected in the same place, about the poor dissemination or knowledge the curricular changes introduced by Law 18/2018 of 28 December, which approves the National Education System. The case study was conducted in the District of Limpopo, with sixty-nine teachers questioned with a questionnaire, in a qualitative, descriptive and exploratory approach, as the identification, characterization, analysis, description of the various facts regarding the teachers in the curriculum implementation. From the analysis made it was found that the curricular changes introduced in 2017 in the national education system arose from the need to align and harmonize the SNE law with the international conventions on education and training to which the country subscribes, also noted, it should be noted that teachers demonstrate an acceptable knowledge about the understanding / interpretation of curricular changes, pointing out changes such as: change in compulsory education, introduction of new political-pedagogical principles that aim at greater coverage and inclusion of all individuals in the SNE, number of subjects, workload, number of teachers. Among the challenges, the following stand out: lack of teacher training, ignorance of the structuring of the contents of the combined subjects, adaptation of teaching instruments to the current model of the SNE and the difficulty of integrating teachers once the new curriculum requires them to explore various fields of knowledge. The main organizational problems related to the implementation process of the new curriculum vary between the lack of parallelism between the two curricula; non-compliance with curricular plans and teaching programs; difficulty in acquiring the new curriculum books; the poor communication of the actors involved in the curriculum implementation process. With regard to the teacher's role in the curriculum construction process, interpretation, alteration and procedure for reviewing and adapting the prescribed curriculum stood out, according to the concrete situations of their educational interventions and their perspectives and conceptions, in a way the emergence of a worked curriculum adapted to the environment, to the diversity of students and with the participation of the entire educational community.

Keyword: Conceptions, Teachers, Curriculum.

I. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Os formuladores de políticas educacionais, educadores e outros envolvidos na educação estão a procura de tornar o sistema educativo eficiente e eficaz, a fim de identificar e resolver os problemas no sector e proporcionar uma educação de qualidade para os educandos (Nota 2017). Em Moçambique, actualmente a educação é um tema amplamente discutido e as reformas introduzidas no ensino primário criam várias expectativas no que diz respeito a melhoria do sistema educativo nacional por parte da sociedade moçambicana.

A sociedade moçambicana tem estado nos últimos tempos, em mudanças profundas motivadas por factores político-económicas e socioculturais, as quais, no campo da educação evidenciam-se na reforma curricular (Langa, 2015).

As mudanças de currículo no sector de educação são uma imposição dos processos tecnológicos, sócios económicos e visam uma melhor adaptação do processo de ensino e aprendizagem às novas realidades orientadas, no caso específico desta pesquisa, ao campo do sistema avaliação.

Avaliar o papel do professor permite reflectir sobre cumprimento de todo o processo educativo que será desencadeado com o novo SNE, bem como garantir o alcance dos objectivos e as finalidades educativas. Permite melhorar ou adaptar as estratégias de ensino face aos objectivos propostos, os conteúdos e as condições concretas de aprendizagem existentes no quadro do processo educativo em diferentes instituições e, deve, pois, ser concebida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático que acompanha todo o processo de ensino-aprendizagem (INDE, 2003).

Para o ensino primário, é importante o domínio das línguas moçambicanas (línguas maternas) por parte do professor para fazer face a exigência de ensino bilingue, como se pode observar no nº3 do artigo 12 da Lei nº18/2018, de 28 de Dezembro; Lei que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional da Educação em Moçambique.

De acordo com a mesma Lei, o ensino primário realiza-se em duas modalidades, nomeadamente, modalidade monolíngue que se realiza apenas em língua portuguesa e a modalidade bilingue que se realiza em uma língua moçambicana, incluindo a língua de sinais e em língua portuguesa.

Portanto, o presente estudo visa fazer uma análise das concepções dos professores do distrito de Limpopo sobre o seu papel, na implementação de mudanças educacionais e curriculares do novo sistema nacional de educação que é uma abordagem relevante no âmbito da reforma do plano curricular de todos os subsistemas de ensino geral.

1.2. Problema de pesquisa

No sector da educação em Moçambique foi aprovado e introduzido, em 2018, o novo currículo do ensino geral, estando-se nesta fase na 4ª classe que apresenta um conjunto de inovações que visa a melhoria da relevância das aprendizagens e do sucesso no ensino e se traduziram na introdução de algumas inovações tais como os ciclos de aprendizagem, de ensino integrado, do currículo local, do ensino bilingue nos primeiros anos de escolaridade a partir das línguas maternas dos alunos, da disciplina de inglês, entre outras.

Para (Frago, 2007) reforma é uma “alteração fundamental das políticas nacionais” que podem afectar o governo e a administração do sistema educativo e escolar, a sua estrutura ou funcionamento, o currículo, conteúdos, metodologia, avaliação, o professorado, formação, selecção ou avaliação e a avaliação do sistema educativo.

Entretanto, toda reforma, mudança ou inovação na educação produz efeitos não previstos, queridos ou procurados. Por vezes, esses efeitos constituem autênticas inovações organizativas ou curriculares que se consolidam ao longo de um processo mais ou menos dilatado. Noutros casos, trata-se de comportamento ou atitudes por vezes inclusivamente opostos aos que em princípio se pretendiam.

Por outro a aprovação de um sistema de educação, implica deixar claro as actividades que os demais actores (professores, gestores, entre outros) devem exercer para implementar da melhor forma o programa educativo.

Tem se notado no geral a falta de conhecimento e de domínio das línguas moçambicanas por parte de certos professores do ensino primário o que pode afectar a sua actividade principalmente nas classes iniciais. Tem acontecido por vezes professores que não falam e não dominam a língua do local onde estão colocados para trabalhar.

Olhando para esta realidade questiona-se: *Que impacto isso pode trazer na transmissão de conhecimentos aos seus alunos? Poderá o professor alcançar as metas em termos da qualidade de ensino? Será que os professores estão preparados para esse novo desafio imposto pela nova lei do SNE?*

1.3. Justificativa da escolha do Tema

Este Tema foi impulsionado pelas inquietações vivenciadas durante a realização do trabalho docente, ao nível da escola de leccionação da autora e das demais vivências com outros colegas, sobre a necessidade da inclusão dos professores na revisão curricular, não apenas como meros componentes do mesmo, mas sim como os precursores e os fazedores do mesmo. Esta pesquisa tem como foco principal

a reforma curricular que ocorre em Moçambique, aprovada em 2018 e visa perceber em que medida esse processo tem estado a ser desenvolvido com base em pressupostos teóricos válidos e sua repercussão na melhoria da qualidade de ensino oferecido. O trabalho justifica-se na sua actualidade, pois espera-se contribuir para o desenvolvimento da teoria e das discussões críticas à volta do processo e das práticas pedagógicas que estão sendo orientadas ou possam vir a ser orientadas como resultado desse processo.

A pesquisa sublinha-se como importante na medida ao professor tem vindo a ser atribuído um papel determinante na construção da mudança educacional e curricular, quer se trate de inovações planificadas pelo poder central, quer de propostas com carácter mais descentralizado ou que emergem das comunidades locais, neste caso das escolas e dos seus contextos locais. A pesquisa justifica-se também, pelo facto dos professores, serem como construtores do currículo, para ensinar efectivamente, devem conhecer as actividades baseadas no conteúdo que se enquadra.

O ensino bilingue é um desafio que se coloca aos profissionais de educação principalmente para os que trabalham nas zonas fora da cidade, como é o caso da escola onde será feito o trabalho.

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo geral

Estudar o impacto do uso da língua moçambicana na transmissão de conhecimento no distrito do Limpopo.

1.4.2. Objectivos específicos

- Perceber se o professor domina a língua moçambicana falada no distrito;
- Perceber se o professor usa a língua moçambicana dentro da sala de aula;
- Analisar o nível de percepção da matéria por parte dos alunos das classes iniciais que usam o sistema bilingue;
- Caracterizar os principais problemas organizativos atinentes ao processo de implementação do novo currículo;

1.5. Hipóteses

1.5.1. Hipótese nula

O domínio da língua moçambicana falada no distrito do Limpopo por parte dos professores que leccionam o ensino primário afecta o processo de ensino e aprendizagem e consequentemente a qualidade de ensino.

1.5.2. Hipótese alternativa

A falta do domínio da língua moçambicana falada no distrito do Limpopo por parte dos professores que leccionam o ensino primário pode não afectar o processo de ensino e aprendizagem e consequentemente a qualidade de ensino, caso haja o hábito de leitura.

II. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1.Natureza da pesquisa

A presente pesquisa optou por uma metodologia qualitativa. Para Fonseca (2019) a pesquisa qualitativa visa compreender os factores que ocasionam a ocorrência dos fatos sob um olhar pessoal, na medida em que os inqueridos ou entrevistados poderão falar sobre suas vivências.

2.2.Tipo de pesquisa

O estudo de caso é uma pesquisa de um elemento em particular, neste caso a actuação dos professores, por isso, os fatos identificados não podem ser generalizados ou tomados como verdade absoluta. E por ser um estudo de caso, também constituiu uma pesquisa descritiva e exploratória, na medida em que fez-se a identificação, caracterização, análise, descrição dos vários factos referentes aos professores na implementação do currículo.

2.3.Método de pesquisa

Sendo esta uma pesquisa qualitativa foi realizada a partir do Método fenomenológico. De acordo com Gil (1994) este método é utilizado em pesquisa qualitativa, não é dedutivo nem indutivo, preocupa-se com a descrição da experiência, como ela é; a realidade é construída socialmente e entendida da forma que é interpretada; a realidade não é única, existem tantas quantas forem suas interpretações.

2.4.População e amostra de estudo

2.4.1. População

População ou universo é um conjunto de elementos que possuem determinadas características. Pode também entender-se população como o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum (Gil, 2008 & Marconi e Lakatos, 2001).

A escola possui 27 turmas sendo 7 de EP1 e 20 de EP2 assistidos por 28 professores dos quais 24 mulheres e 4 homens. A direcção é composta por três elementos sendo dois homens e uma mulher. A facha etária média é de 30 anos. Na EPPSGCH frequentam 1316 alunos sendo 666 do sexo feminino e 650 de sexo masculino.

Categoria	Homens	Mulheres	Total
Professores	4	24	28
Alunos	650	666	1316
Membros da direcção	2	1	3
Total Geral	656	691	1347

2.4.2. Amostra

Amostra, ou população amostral, é uma parte do universo escolhido e seleccionado a partir de um critério de representatividade (Gil, 2008).

Para a presente pesquisa científica teve-se como amostra 27 indivíduos, dos quais 11 professores, 13 alunos e 3 membros da direcção.

2.5. Instrumento de recolhas de dados

Para Carvalho, V. instrumentos de colecta de dados numa pesquisa educacional pode ser para dados quantitativos ao se pretender índices numéricos ou ainda instrumento para recolher uma informação de natureza qualitativa.

Medidas quantitativas utilizam algum tipo de instrumento para obter índices numéricos que correspondem a características específicas das pessoas ou objetos da medição. O resultado da aplicação de um instrumento para medida quantitativa é um conjunto de valores numéricos que são resumidos e registrados sob a forma de relatórios. Consequentemente a qualidade das medidas influem directamente nesses resultados, CARVALHO. V (2008, ps. 1-5)

Carvalho (2008) apresenta um quadro de as técnicas e instrumentos de recolha de dados em que o autor clarifica os pontos fortes e fracos de cada tipo de técnica e instrumento de colecta de dados, nomeadamente:

- Questionários.
- Entrevista;
- Observação directa;
- Registos institucionais ou simplesmente análise documental e;
- Corpo focal

Segundo o ponto de vista do autor, tanto as entrevistas quanto os questionários apresentam pontos que merecem o nosso destaque: O questionário oferece ao respondente tempo suficiente para estruturar as suas respostas contrariamente as entrevistas por estas últimas, ocorrerem na presença do entrevistador. Todavia as entrevistas comparadas aos questionários apresentam uma vantagem uma vez que facilita a comunicação entre o entrevistado e o entrevistador e, também as entrevistas são mais práticas quando o entrevistado tiver dificuldades de leitura e escrita.

Quadro Comparativo entre Técnicas de Coleta de Dados

Tipos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Questionário	<ul style="list-style-type: none"> - Garante o anonimato - Questões objetivas de fácil pontuação - Questões padronizadas garantem uniformidade - Deixa em aberto o tempo para as pessoas pensarem sobre as respostas - Facilidade de conversão dos dados - Pode ter computador - Custo razoável 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa taxa de respostas para questionários enviados pelo correio - Inviabilidade de comprovar respostas ou escl- recê-las - Difícil pontuar questões abertas - Dá margem a respostas influenciadas pelo <i>“desejo de nivelamento social”</i>(*) - Restrito a pessoas aptas à leitura - Itens polarizados/ambíguos para arquivos de
Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilidade na aplicação - Facilidade de adaptação de protocolo - Viabiliza a comprovação e esclareci- mento de respostas - Taxa de resposta elevada - Pode ser aplicada a pessoas não aptas à leitura 	<ul style="list-style-type: none"> - Custo elevado - Consome tempo na aplicação - Sujeita à polarização do entrevistador - Não garante o anonimato - Sensível aos efeitos no entrevistado - Características do entrevistador e do entre- vistado - Requer treinamento especializado - Questões que direcionam a resposta - Polarizada pelo observador
Observação Direta	<ul style="list-style-type: none"> - Capaz de captar o comportamento natural das pessoas - Minimiza influência do <i>“desejo de nivelamento social”</i> - Nível de intromissão relativamente baixo - Confiável para observações com baixo nível de inferência 	<ul style="list-style-type: none"> - Requer treinamento especializado - Efeitos do observador nas pessoas - Pouco confiável para observações com inferências complexas - Não garante anonimato - Observações de interpretação difícil - Não comprova/esclarece o observado - Número restrito de variáveis - Dados incompletos ou desatualizados
Registros Institucionais (Análise Documental)	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo custo - Tempo de obtenção é reduzido - Informação é estável 	<ul style="list-style-type: none"> - Excessivamente agregados - Mudanças de padrões no tempo - Uso restrito (confidencialidade) - Dados difíceis de recuperar
Grupo Focal	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo custo e resposta rápida - Flexibilidade na aplicação - Eficientes para obter informações qualitativas a curto prazo - Eficiente para esclarecer questões complexas no desenvolvimento de 	<ul style="list-style-type: none"> - Exige facilitador/moderador com experiência para conduzir o grupo - Não garante total anonimato - Depende da seleção criteriosa dos participantes - Informações obtidas não podem ser generalizadas

Fonte: Viviane Carvalho 2008

Assim, neste trabalho foi usada a entrevista e o guião de entrevista como técnica e instrumento de colecta de dados, respectivamente. As entrevista dirigidas aos professores, alunos e membros da direcção.

III. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Conceitos básicos

3.1.1. Reforma curricular

De acordo com (Sacristan, 2000) empreende-se reformas curriculares, na maioria dos casos para melhor ajustar o sistema escolar as necessidades sociais e, em menor medida, para muda-lo, embora possam estimular contradições que provoquem movimentos para um novo equilíbrio. Contudo, estas reformas, de acordo com o mesmo autor, têm em perspectiva uma mudança que melhora a situação existente e implica avanço e progresso.

Na perspectiva de Guibundana (2013) as reformas educacionais estão atreladas a processos de melhoria da qualidade da educação que é oferecida aos seus cidadãos, por uma multiplicidade de razões, desde as de natureza económica até as de natureza cultural.

Em Moçambique, de acordo com INDE (2003), entende-se reforma curricular como o conjunto de políticas, estratégias e acções adoptadas com vista a operar mudanças qualitativas no Sistema Educativo. (Pacheco, 2001) afirma que utiliza-se o conceito de reforma para as mudanças estruturais, organizacionais, e o de inovação para a mudança, mais qualitativa, a de aspectos funcionais sendo certo que nem toda a mudança termina numa inovação.

No entender de (Fernandes, 2000) as reformas educativas tem surgido como respostas planificadas e centralizadas a situação de crise, ou a sua percepção, procurando-se através delas por termo ao descontentamento social; existente, relançar o almejado progresso social e económico e devolver aos cidadãos a credibilidade e confiança no sistema educativo.

3.1.2. Currículo

De acordo com Pacheco (2001) existem aspectos fundamentais quando se define o currículo tais como: corresponder a um plano de estudos ou a um programa, muito estruturado e organizado na base de objectivos, conteúdos e actividades e de acordo com as disciplinas.

Segundo Sacristán (2000) entende-se currículo como conjunto de objectivos de aprendizagens seleccionadas que devem dar lugar a criação de experiencias apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema em revisão constante, para que nele se operem as oportunas recomendações.

Nas palavras de Pacheco (2001) currículo é um plano totalmente previsto, mas como um todo organizado em função de questões previamente planificadas, saberes, atitudes, valores, crenças que os intervenientes trazem consigo, com a valorização das experiencias e dos processos de aprendizagens.

(Roldão, 1999) entende que,

Currículo é um conceito que admite uma multiplicidade de interpretações e teorizações quanto ao seu processo de construção e mudança. Contudo, refere se sempre ao conjunto de aprendizagens consideradas necessárias num dado contexto e tempo e à organização e sequência adoptadas para o concretizar ou desenvolver.

De acordo INDE (2003), o currículo no sentido amplo, consiste na proposta educativa de uma sociedade. Ainda segundo o mesmo o mesmo autor até há pouco tempo, considerava-se que essa proposta estava sempre escrita e o que acontecia na vida quotidiana era idêntico ao que estava escrito. Por isso, também, se usava o termo currículo como sinónimo de documento oficial.

O currículo pode ser entendido como um conjunto de experiências educativas planeadas e organizadas pela escola, ou mesmo, de experiências vividas pelos educandos sob a orientação directa da escola, como defende Fernandes (2000), que refere que no campo do currículo convivem a inovação e a resistência a mudança e para tanto, haverá que clarificar o seu sentido e alcance conceptual e pratico, evidenciar as suas possíveis interacções com os contextos de construção e desenvolvimento do currículo e analisar o seu possível impacto sobre a acção do professor.

Para Guibundana (2013), o currículo é um conjunto dos pressupostos de partida, das metas que se desejam alcançar e dos passos que se dão para alcançar; é um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, etc. Que são considerados importantes para serem trabalhados na escola, ano após ano.

Além disso, Pacheco (2001) afirma que no currículo existem aspectos fundamentais quando se define o currículo tais como: corresponder de acordo com a um plano de estudos ou a um programa, muito estruturado e organizado na base de objectivos, conteúdos e actividades e de acordo com as disciplinas.

3.1.3. Inovação curricular

O conceito de inovação não se origina do campo educacional, mas, sim, das empresas e indústrias e, está, essencialmente, relacionado com a eficácia e a rentabilidade de um determinado sistema produtivo (Villar, 1993). A inovação no campo curricular ou inovação curricular está ligada a mudanças que contribuem para a transformação e melhorias dos processos e práticas do ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, para a confirmação do sucesso educativo dos alunos (Pacheco, 2001).

O INDE (2003) define as inovações curriculares como mudanças parciais em alguns dos componentes do currículo, por exemplo, nos objectivos ou conteúdos de uma matéria ou disciplina de um grau ou classe, em um determinado nível de um sistema educativo.

3.2. Escolas e as mudanças curriculares - desafios

A importância da participação dos professores na concretização de reformas e/ou de inovações curriculares é uma ideia que, em Moçambique, ganhou consistência sobretudo a partir de finais da década de oitenta quando, um pouco por todo o mundo, se constatou que as *Reformas top-down* tinham fracassado (Fernandes, 2000; Pacheco, 2001) e se deu início a um movimento descentralista das políticas que atribui às escolas e aos seus actores maior autonomia nas tomadas de decisão educacionais e curriculares (Leite, 2006; Fernandes, 2007).

Por outro lado, a ideia de currículo como projecto capaz de se adequar à diversidade das situações e das características das populações escolares está associada a teses que apontam para a necessidade e a possibilidade da acção dos professores ser guiada pela inovação e por um trabalho em equipa.

Estes, nos últimos anos, embora enunciados com forte marca social, têm sofrido orientações políticas contraditórias que ora empurram os professores para modos de trabalho pedagógico e curricular assentes numa visão de inovação e de criatividade, ora os

faz recuar para processos de trabalho fortemente enraizados numa lógica técnico-burocrática e de grande conformidade com as directrizes centrais do ministério que tutela a educação.

De permeio, os professores têm de saber gerir essas diferentes esferas de acção de modo a que, por um lado, não se sintam desqualificados profissionalmente e, por outro, não deixem passar para a imagem pública uma imagem de si como “maus profissionais”. É neste quadro de pressões que tem sido identificado o fenómeno de “mal-estar docente” e que pode ser interpretado como uma ideologia, por um lado, ‘defensiva’ e, por outro, de um discurso “nostálgico” sobre as condições de exercício da profissão docente (Canario, Alves, & Rolo, 2001).

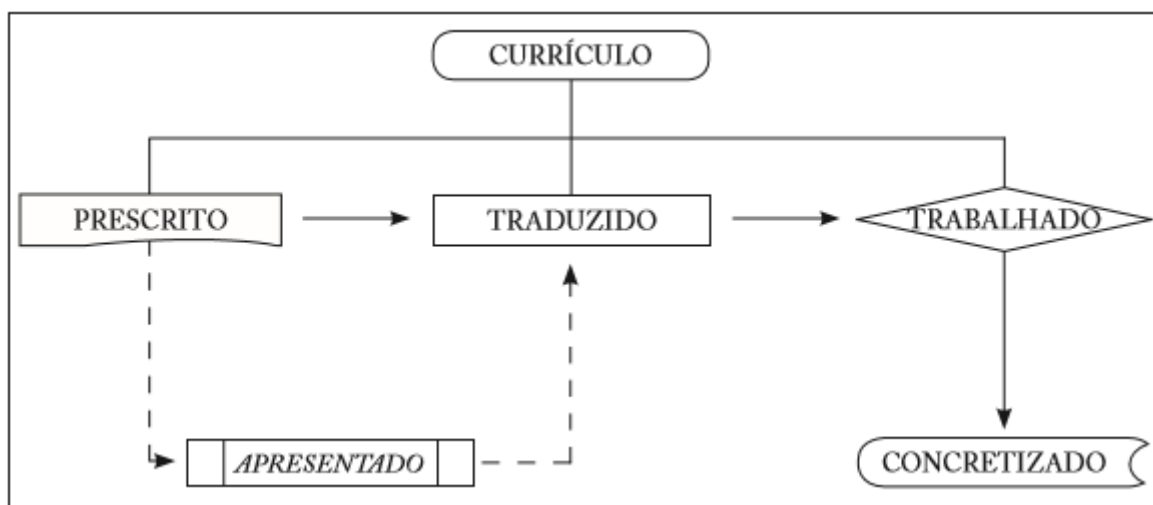
É em consonância com esta linha de análise que alguns estudos³ têm vindo a chamar a atenção para a permanente pressão social a que os professores têm estado sujeitos, e que os situa como bodes expiatórios de todos os problemas do Sistema Educativo.

Todavia, se, por um lado, os professores são perseguidos pelo estigma de “bodes expiatórios” dos males do Sistema Educativo, por outro, são encarados como agentes criativos geradores de acções inovadoras e promotoras emergir, e consolidar, esta cultura de trabalho em equipa pressupõe, por um lado, olhar os contextos profissionais como espaços de formação dos professores (espaços de auto e hetero-formação) e, por outro, conceber a escola como uma instituição curricularmente inteligente (Leite, Para uma escola curricularmente inteligente, 2003), isto é, uma escola que se desafia continuamente a si própria e que procura, envolvendo todos, instituir uma dinâmica interna e externa conducente à melhoria da qualidade da educação das crianças e dos jovens que acolhe.

3.3. Professores como construtores do currículo

O currículo não surge de forma independente, há uma forte interligação com os professores, que são uma parte integral do currículo construído e transmitido às turmas, já que o modo como é interpretado pelo professor, as decisões que toma e o modo como as concretiza influenciam o currículo. Apesar da diversidade de concepções e práticas acerca do currículo, José Pacheco (1996, p. 20) define-o como um projecto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interactivo, que implica unidade, continuidade e

interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou de processo de ensino-aprendizagem.



Fonte: Diogo e Vilar (1998)

Por conseguinte, o currículo corresponde a um conjunto de valores, significados e padrões de vida e, simultaneamente, é uma fonte de conhecimentos, compreensões, técnicas, destrezas e estratégias necessárias para o desenvolvimento tanto pessoal como social do sujeito. Mas esse processo requer uma progressão (Diogo & Vilar, 1998), isto é, desde as decisões assumidas pela Administração Central do Sistema Educativo (Lei de Bases do Sistema Educativo, decretos-lei, programas...) que constituem o instrumento nuclear da política curricular: currículo prescrito é necessário interpretar seu conteúdo: currículo apresentado, por meio de manuais escolares, publicações científicas e didáticas, passando pela planificação curricular e consequentes programações pedagógico-didáticas levadas a cabo na escola: currículo traduzido.

3.4. Educação básica em Moçambique e reforma curricular

Em Moçambique os pressupostos que nortearam a reforma e a consequente introdução do novo currículo do ensino básico foram de acordo com o Plano Estratégico da Educação (2012-2016) a estrutura e o conteúdo do currículo, desenvolvido, nos princípios da década 80, têm-se mostrado cada vez mais inadequados para uma economia em rápida mudança e para as exigências sociais.

Além disso, a actual estrutura curricular é demasiado rígida e prescritiva, deixando pouca margem para adaptações aos níveis regional e local. A maior parte dos conteúdos, que se lecciona na escola, é de uma relevância ou utilidade prática insignificante (INDE, 2003).

Segundo Guibundana (2013) a reforma curricular de 2004 foi justificada, por um lado, pelas transformações ocorridas nas esferas política, social e económica, através da introdução de um sistema político multipartidário, pela adopção de um modelo de desenvolvimento económico baseado no mercado livre e pela descentralização da gestão e da administração do Estado.

Por conseguinte, como forma de garantir uma melhor qualificação dos alunos por meio de um currículo que reduzisse a distância existente entre a realidade por eles vivida e os conteúdos escolares definidos pelo currículo. Dessa forma, era necessário construir um currículo orientado, para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem dos alunos e adequado à realidade sociocultural do país (Guibundana, 2013).

De acordo com o Exame Nacional 2015 da Educação para Todos (EPT) o currículo em causa foi introduzido após um período prolongado da sua elaboração, que contou com a colaboração de vários sectores da sociedade, incluindo os actores directos da educação. Portanto o currículo surge em resposta às exigências da sociedade para o tornar mais relevante, inclusivo e adequado aos desafios que a mesma enfrentava tendo em conta um dos objectivos do ensino básico é capacitar a criança para desenvolver valores e atitudes para a sociedade em que vive através da educação (Lei nº6/92 do SNE).

Em relação a essas exigências foram introduzidas inovações significativas no currículo de 2004 na qual veremos em seguida. De acordo com Castiano (2005) as transformações curriculares são direccionadas em primeira linha para a mudança dos conteúdos da aprendizagem. De acordo com Castiano (2006, p.65) como citado em Guibundana (2013) “a transformação curricular do ensino básico visa responder a três questões, nomeadamente: a expansão das oportunidades educativas, a melhoria da qualidade do ensino e uma administração escolar descentralizada.

Em 2018 foi aprovada a Lei nº 18 (Ministros, 2018) que aprova o novo figurino do Sistema Nacional de Educação em Moçambique onde de entre outros aspectos faz referência ao ensino primário cujas aulas devem ser leccionadas em duas modalidades, nomeadamente:

modalidade monolinguê cuja língua é apenas português e a modalidade bilinguê utilizando uma língua moçambicana entre outros aspectos.

IV. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão do Sistema Nacional de Educação surgiu da necessidade de alinhar e harmonizar a lei do SNE com as convenções internacionais sobre a educação e formação de que o país é subscritor, preconizando um ensino básico de nove a dez classes e que está consagrado no protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre a educação e formação.

O novo SNE recentemente aprovado, é resultado de um longo período de acertos e erros em educação, podendo afirmar-se sem medo de errar que estes avanços e ganhos é que tornam a educação em Moçambique, o que é hoje.

A revisão da Lei do SNE visa reajustar este instrumento ao actual contexto social, político e económico, garantindo uma educação equitativa e inclusiva, bem como a modernização e ajustamento da sua estrutura de funcionamento.

A nova Lei estabelece que o Sistema Nacional de Educação passa a ser constituído por seis subsistemas, nomeadamente a Educação: Pré-Escolar; Geral; de Adultos; Profissional; Formação de Professores e Ensino Superior.

A Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro que propõe as mudanças curriculares orienta-se pelos seguintes princípios gerais:

- a) Educação, cultura, formação e desenvolvimento humano equilibrado e inclusivo é direito de todos os moçambicanos;
- b) Educação, como direito e dever do Estado;
- c) Promoção da cidadania responsável e democrática, da consciência patriótica e dos valores da paz, diálogo, família e ambiente;
- d) Promoção da democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar dos cidadãos
- e) Organização e promoção do ensino, como parte Constituição da República, visando o desenvolvimento sustentável, preparando integralmente o Homem para intervir activamente na vida política, económica e social, de acordo com os padrões morais e éticos aceites na sociedade, respeitando os direitos humanos, os princípios

democráticos, cultivando o espírito de tolerância, solidariedade e respeito ao próximo e às diferenças;

- f) Inclusão, equidade e igualdade de oportunidades no acesso à educação;
- g) Laicidade e o apartidarismo do SNE

No que tange aos princípios norteadores, a nova lei do Sistema Nacional de Educação apresenta mais princípios, diferentemente da Lei n.º 6/92 de 6 de Maio. Esses princípios se aplicados, podem mudar a forma como a educação tem sido levada a cabo em Moçambique, pois já se olha para questões tais como inclusão, equidade, igualdade de oportunidades, democratização do ensino, laicidade e o apartidarismo. A luz dos princípios pedagógicos, o processo educativo orienta-se pelos seguintes princípios:

- a) Desenvolvimento das capacidades e da personalidade de forma harmoniosa, equilibrada e constante, que confira uma formação integral e de qualidade
- b) Desenvolvimento da iniciativa criadora da capacidade de estudo individual e de assimilação crítica dos conhecimentos;
- c) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- d) Ligação do estudo ao trabalho produtivo e socialmente útil, como forma de aplicação dos conhecimentos para o desenvolvimento económico e social do País;
- e) Dotação do indivíduo de conhecimentos que lhe permitam aprender a ser, aprender a viver juntos e com os outros;
- f) Inclusão, equidade e igualdade de oportunidades em todos os subsistemas de ensino e na aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais;
- g) Ligação entre a escola e a comunidade, em que a escola participa activamente na dinamização do desenvolvimento socio-económico e cultural da comunidade e recebe desta a orientação necessária para a realização de ensino e formação que respondam às exigências do desenvolvimento do País;
- h) Desenvolvimento de actividades e medidas de apoio e complementos educativos, visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao sucesso escolar.
- i) Promover o uso de novas tecnologias de informação e comunicação;

- j) Formar o professor como educador e profissional consciente com profunda preparação científica, pedagógica, ética, moral capaz de educar a criança, o jovem e o adulto com valores da moçambicanidade
- k) Desenvolver a sensibilidade técnica e capacidade artística da criança, do jovem e do adulto, educando-os no amor pelas artes e gosto pelo belo;
- l) Valorizar as línguas, cultura e história moçambicanas com o objectivo de preservar e desenvolver o património cultural da nação;
- m) Desenvolver as línguas nacionais e a língua de sinais, promovendo a sua introdução progressiva na educação dos cidadãos, visando a sua transformação em língua de acesso ao conhecimento científico e técnico, à informação bem como de participação nos processos de desenvolvimento do País;
- n) Promover o acesso à educação e retenção da rapariga, salvaguardando o princípio de equidade de género e igualdade de oportunidades para todos.

Os princípios pedagógicos também sofreram um acréscimo em relação à lei anterior.

4.1. Escolaridade obrigatória e educação básica

A Escolaridade obrigatória é da 1.^a a 9.^a classes, diferentemente do outro sistema em que a escolaridade era de 1.^a a 7.^a classes. Em contrapartida a criança deve ser obrigatoriamente matriculada na 1.^a classe, até 30 de Junho, no ano em que completa 6 anos de idade. Este modelo altera o actual, introduzido pela Lei n.º 6/92, de 6 de Maio, que estabeleceu a escolaridade obrigatória da 1.^a à 7.^a classes, ciclo conhecido como Ensino Primário Completo (EPC), e ministrado num regime de um docente para turmas da 1.^a à 5.^a classe, e um docente por cada disciplina na 6.^a e 7.^a classes. A lei do novo sistema nacional de educação introduziu, entre outras alterações, a redução do ensino primário de 7 para 6 classes, com um plano curricular contínuo e em regime de mono docência.

Propôs-se a passagem da 7.^a classe para o Ensino Secundário Básico que, por sua vez, passa a ser de apenas 9 classes, com carácter obrigatório, para que todas as crianças do país concluam o nível em tempo útil.

Para tal, a lei determina que as crianças devem ser obrigatoriamente matriculadas na primeira classe no ano em que completam 6 anos de idade. Estabelece também que a frequência do Ensino Primário é gratuita nas escolas públicas. O propósito da alteração é

garantir uma educação básica inclusiva a todos os cidadãos nacionais, com o alargamento da escolaridade obrigatória, bem como promover o acesso à educação, a salvaguarda do princípio de equidade de género e igualdade de oportunidades, e erradicação do analfabetismo. Neste caso a Educação básica confere competências fundamentais à criança, jovem e adulto para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes conhecimento geral sobre o mundo que os rodeia e meios para progredir no trabalho e na aprendizagem ao longo da vida.

A educação básica compreende o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário. Os pais, os encarregados de educação, a família, as instituições económicas e sociais e as autoridades locais contribuem para o sucesso da educação básica, promovendo a inscrição da criança em idade escolar, apoiando nos estudos, evitando o absentismo e as desistências.

4.2. Ensino Primário

O ensino primário é o nível inicial de escolarização da criança na aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes fundamentais para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade. São objectivos do ensino primário:

- a) Proporcionar uma formação inicial nas áreas da comunicação, ciências sociais, ciências naturais, matemática, educação física, estética e cultura;
- b) Desenvolver conhecimentos socialmente relevantes, técnicas básicas e aptidões de trabalho manual, atitudes e convicções que proporcionem maior participação social para o ingresso na vida produtiva.

O Ensino Primário realiza-se em duas modalidades:

- a) Modalidade monolíngue, em língua portuguesa;
- b) Modalidade bilingue em uma língua moçambicana, incluindo a língua de sinais e em língua portuguesa. O Ensino primário compreende seis classes, organizadas em dois ciclos de aprendizagem: a) 1º ciclo, 1ª a 3ª classes; b) 2º ciclo, 4ª a 6ª classes.

4.3. Participação dos professores na reforma curricular

Os professores inqueridos participaram através das suas contribuições na elaboração do anteprojecto da reforma curricular em vigor.

Do ponto de vista de Turra *et al* (1995), o currículo de hoje deve ser funcional, isto é, deve promover não só a aprendizagem de conteúdo e habilidades específicas, mas também fornecer condições favoráveis à aplicação e integração desses conhecimentos, sendo assim é necessário que os professores, já tenham presenciado ou sejam envolvidos nos planos de inserção dos novos sistemas educativos através de capacitações, formações, *workshops*.

O currículo deve ser trabalhado, discutido ao nível dos seus implementadores só depois é passado às comunidades. Isto permitirá a viabilidade do mesmo através da proposição de situações que favoreçam o desenvolvimento das capacidades primeiro do professor para solucionar problemas, muitos dos quais comuns no seu dia-a-dia.

Apesar dos entrevistados terem participado com as suas contribuições na elaboração da nova lei do Sistema Nacional de Educação, a componente tempo de serviço ajuda na compreensão dos conteúdos dum currículo escolar.

Os anos de experiências, não podem de alguma forma serem confundidos com anos de trabalho, visto que muitos professores, possuem vastos anos de trabalho, mas não possuem quase experiência nenhuma em gestão do currículo.

Na esteira de Guibundana (2013) os professores são protagonistas da reforma curricular e, sendo assim, é imprescindível que compreendam a sua importância no processo, se posicionem, se responsabilizem e desenvolvam as acções necessárias para a sua boa condução. Além disso o professor tem um papel decisivo na construção e implementação das reformas curriculares e é nele que se deposita a capacidade de fazer mudanças, Moreira e Candau (2007) citado em Guibundana (2013) ressaltam que o papel do educador no processo curricular é, por isso, fundamental. Esse profissional é um dos grandes artífices, queiram ou não, na construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula.

4.4. Professores e as mudanças curriculares introduzidas no SNE

Aos professores tem vindo a ser atribuído um papel determinante na construção da mudança educacional e curricular, quer se trate de inovações planificadas pelo poder central, quer de propostas com carácter mais descentralizado ou que emergem da periferia, neste caso das escolas e dos seus contextos. Na perspectiva de Lewy (1979), quando novas e inovadoras abordagens de ensino são planejadas, a avaliação da percepção e prontidão do

professor (competência profissional e atitudes) para adoptá-las e pratica-las é decisiva para o eventual sucesso do programa.

Fernandes (2000) sustenta argumentando que no campo de currículo convivem a inovação e a resistência a mudança e portanto, haverá que clarificar o seu sentido e alcance a nível conceptual e prático, evidenciar as suas possíveis interacções com os contextos de construção e desenvolvimento do currículo e analisar o seu possível impacto sobre a acção e papel do professor.

Segundo Pacheco (2001), o professor deve possuir conhecimentos e participar activamente no desenvolvimento curricular que de uma forma planificada e escolar e deve saber que o currículo deverá ser implementado de forma gradual, articulando o que deve ser, a nível político-administrativo, com o que pode ser, ao nível da escola e dos alunos, quer de uma forma contextualizada, envolvendo planos curriculares, programas ou conteúdos programáticos, organizando actividades didácticas, produzindo materiais curriculares e acompanhando os resultados dos alunos.

Neste contexto, que esta pesquisa foi feita para perceber se os professores possuem domínio da língua falada em Limpopo de forma a adequar o conhecimento científico, existente nos livros didácticos, com a realidade da comunidade. O ensino bilingue exige conhecimento da língua falada no local onde a escola se encontra inserida para facilitar a transmissão de conhecimento.

Por exemplo, explicar ao aluno o que é um determinado objecto ou animal, objecto de estudo num determinado tema, implica na medida de possível explicar na língua em que fala o referido aluno. Isso tem resultado uma assimilação aceitável da matéria por parte dos alunos.

Guibundana (2013) acrescenta que a ausência de formação e capacitação profissional pode significar a ruptura entre a política em construção e a continuidade para a sua implementação eficaz. Ainda na ideia do mesmo autor essa situação pode ser traduzida na passividade, na desmotivação e no comodismo por parte de quem cabe a responsabilidade de levar para a sala de aula as mudanças.

4.5. Professores, mudanças curriculares e qualidade do ensino

De acordo com o inquérito realizado nos professores ficou claro que:

O processo de construção do currículo implica que professores interpretem, alterem e procedam à revisão e adaptação do currículo prescrito, de acordo com as situações concretas de suas intervenções educativas e de suas perspectivas e concepções curriculares, de forma a surgir um currículo trabalhado adequado ao meio envolvente, à diversidade dos alunos e com a participação de toda a comunidade educativa.

O papel do professor é de adequar ao currículo e aplicar estratégias correctas para melhorar o ensino.

Por outro lado o professor é considerado como um “engenheiro de construção civil” que transforma um projecto em miniatura numa grande construção. Por isso o papel do professor também de informar-se (adquirir conhecimento) mais sobre as mudanças curriculares, para isso é necessário ter muita responsabilidade e conhecimento acima de tudo.

O professor precisa formar-se continuamente para dar bom contributo e fazer uma selecção crítica dos conteúdos que deve leccionar, e quando for necessário sugerir alguma coisa, fazê-lo com base em argumentos e fundamentos cientificamente plausíveis, só assim teremos um ensino eficaz.

Desenvolver as competências necessárias no aluno, tornando o ensino, mais relevante formando cidadãos capazes de contribuir significativamente no seu quotidiano.

Formar o aluno em todas as esferas culturais, sociais e políticos com vista a uma melhor integração na sociedade.

4.6. Habilidades de leitura e escrita

Saber ler e escrever são aspectos fundamentais na avaliação da qualidade de ensino.

As classes iniciais são cruciais para o alcance desse objectivo por servir de introdução da criança ao ambiente escolar e criação de base para o resto da vida.

Uma criança que, apesar de existir o factor passagem automática nas classes iniciais, não sabe ler nem escrever desenvolve suas habilidades académicas com muita deficiência.

Verifica-se ainda em Moçambique existência de crianças nas classes iniciais ou as que entram pela primeira vez na escola, dificuldade de usar a língua portuguesa no seu processo educativo. Por ser um ensino inclusivo, os professores são chamados a ter conhecimento e domínio da língua falada na área onde se encontra inserida a sua escola, de maior destaque para o ensino primário.

Os 7 professores inqueridos trabalham com um universo de 245 crianças de 1^a a 3^a classes.

Professora Rosângela Rafael Tembe que lecciona 1^a classe aponta o ensino bilingue como sendo um factor motivador para o contacto entre o professor e o aluno. Na sua locução, o aluno se sente facilmente integrado quando se apercebe que o professor fala mesma língua que a que o aluno se comunica e consequente contribui com o seu potencial na assimilação da matéria. Sendo a 1^a classe uma classe que usa bastantes símbolos nos manuais tanto de português como de matemática, o aluno conhece os símbolos presente nos livros, mas parte dos alunos os conhece na sua língua materna. E o professor ao falar na língua materna do aluno e explicar da língua materna para a portuguesa, acaba facilitando a compreensão. Os seus alunos passaram para 2^a classe e sabiam atribuir nomes aos objectos e símbolos usando as duas línguas, facto que denota uma satisfação aos professores.

A mesma experiência foi partilhada pelo professora Rosa Ndava que lecciona a 3^a classe. O mesmo acrescentou dizendo que o ensino bilingue para além de melhorar o processo de ensino e aprendizagem contribui para a não desistência do aluno, pois este não se sente excluído por não saber falar português, pelo contrário, se sente animado e participa de forma árdua na sala de aula, falando com o professor e os colegas a língua materna e a língua portuguesa simultaneamente.

Segundo o professor Simão José Macamo, antes do uso da modalidade bilingue, era normal o aluno que não soubesse falar português se sentir excluído no ambiente da turma e os colegas que provinham de famílias que falam português, faziam buling e algumas vezes esse aluno chegava a desistir de vir a escola. Por outro lado, o aluno que não falasse a língua portuguesa no antigo currículo se sentia mal na sala de aulas e vezes há nem falava na aula e muito menos participava activamente no processo de ensino e aprendizagem com o medo dos colegas rir-se dele, facto que influenciava assimilação da matéria.

Sendo o processo de ensino e aprendizagem um processo contínuo, o professor Deny Teófilo Dava da 2^a fala do processo de transição que o aluno mostra do uso da língua

moçambicana (materna) para a língua portuguesa no que toca a assimilação da matéria. No seu entender, paulatinamente os alunos vão mostrando domínio da língua portuguesa e nos conteúdos leccionados na 2^a a partir da experiência adquirida na classe anterior. Isso facilita bastante a transmissão da matéria, disse o professor Júlio Mathombe, da 3^a classe.

“Esse novo currículo trouxe muitas mudanças e para nós que trabalhamos com crianças, sentimos que a um dado momento falar a mesma língua que a criança fala cativa muito a criança a gostar de estudar”, disse professora Marieta Eugénio Cumbane que lecciona 1^a e 3^a classe.

Professor Agostinho Nsona, que lecciona 3^a classe, afirmou ter tido dificuldades para lidar com a turma a que tinha sido atribuído anteriormente, que era a 1^a classe. Por não ter domínio da língua falada na região, por ser oriundo da zona norte do país por um lado e, por ter iniciado a trabalhar a pouco tempo, sentiu-se obrigado a trocar de classe com outro colega porque não era fácil comunicar-se com os alunos principalmente os que não tinham domínio da língua portuguesa. Aponta como desafio para seu caso, conhecer a língua falada no distrito de Limpopo para conseguir leccionar com tranquilidade.

V CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

As mudanças curriculares introduzidas no ano de 2018 no sistema nacional de educação surgiram da necessidade de alinhar e harmonizar a lei do SNE com as convenções internacionais sobre a educação e formação de que o país é subscritor, preconizando um ensino básico de nove a dez classes e que está consagrado no protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre a educação e formação, bem como reajustar este instrumento ao actual contexto social, político e económico, garantindo uma educação equitativa e inclusiva, bem como a modernização e ajustamento da sua estrutura de funcionamento.

Os professores da Escola Primaria do 1º e 2º Graus de Chicumbane 2 demonstram um conhecimento aceitável sobre a compreensão e interpretação das mudanças curriculares introduzidas no actual sistema nacional de educação, tem apontado mudanças como: alteração da escolaridade obrigatória, introdução de novos princípios políticos-pedagógicos que visam maior abrangência e inclusão de todos os indivíduos no SNE, a alteração do número de disciplinas, carga horária, número de professores.

O papel do professor no processo de construção do currículo implica interpretar, alterar e proceder à revisão e adaptando o ao currículo prescrito, de acordo com as situações concretas de suas intervenções educativas e de suas perspectivas e concepções, de forma a surgir um currículo trabalhado adequado ao meio envolvente, à diversidade dos alunos e com a participação de toda a comunidade educativa. Ainda pode-se concluir que o papel do professor é de adequar ao currículo e aplicar estratégias correctas para melhorar o ensino.

O uso da língua local, falada na comunidade onde a escola esta inserida, facilita a transmissão da matéria aos alunos.

Para além de facilitar a transmissão da matéria, facilita a integração do aluno no ambiente escolar.

A numeraria e a literacia são habilidades fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. O ensino bilingue permite a aquisição dessas habilidades.

5.2. Recomendações

Ao nível do Ministério da Educação:

- Os currículos dos institutos de formação de professores sejam dados relevo a disciplina do ensino bilingue e as respectivas bases de língua moçambicana.

Aos serviços distritais de educação:

- Que trabalhe mais com as escolas primárias de modo que os professores com menos tempo de serviço e sem domínio da língua local, sejam dados turmas que não sejam da 1ª classe.

Aos professores:

- Maior esforço de conhecer a língua local onde se encontram a trabalhar caso não a domine.

Referência Bibliográfica

- Ball, S. (2002). Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista portuguesa* .
- Bolivar, A. (1999). *Lugar da escola na politica curricular actual, para alem da reestruturação e da descentralização*. Lisboa: ASA.
- Canario, R., Alves, N., & Rolo, C. (2001). *Escola e Exclusao Social*. Lisboa: IIE.
- Diogo, F., & Vilar, A. (1998). *Gestão flexível do currículo*. Porto: ASA.
- Fernandes, R. M. (2000). *Mudança e inovação pos-modernidade, perspectivas curriculares*. Porto: Porto Editora.
- Frago, V. A. (2007). *Sistemas Educativos, Culturas Escolares e Reformas*. Portugal: Mangualde.
- Fullan, M., & Hargreaves, A. (2000). *A escola como organização aprendente. Buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Giroux, H. (1988). *Teachers as intellectuals: Toward a critical pedagogy of learning*. New York: Bergin & Garvey.
- INDE. (2003). *Programa do Ensino Basico - Plano Curricular do Ensino Basico*. Maputo: INDE.
- Leite, C. (1997). *As palavras mais que os actos? O multiculturalismo no sistema educativo portuges*. Porto : Universidade do Porto.
- Leite, C. (2002). *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo portuges*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian.
- Leite, C. (2003). *Para uma escola curricularmente inteligente*. Porto: ASA.
- Ministros, C. d. (2018, Dezembro 28). Lei n 18/2018. *Lei Sobre o Sistema Nacional de Educação* . Maputo: Imprensa Nacional.
- Mishra, P., & Koehler, M. (2006). *Technological Pedagogical Content knowledge: a framework for teacher knowledge*. Columbia: University.
- Pacheco, A. J. (2001). *Curriculo: Teoria e Praxis*. Porto: Porto Editora.

Roldão, M. C. (1999). *Gestão Curricular-Fundamentos e Praticas*. Lisboa: Ministerio da Educação.

Sacristan, J. (2000). *Uma reflexão sobre a pratica* (3 ed.). Porto Alegre: Artmed.

Villar, M. A. (1993). *Inovação e mudança na reforma educativa* (1 ed.). Lisboa: ASA.

APÉNDICE